

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): AVALIAÇÃO ESTANDARDIZADA, ORGANIZAÇÃO ESCOLAR E TRABALHO DOCENTE

Prof.^a. Dr.^a. Andréia Ferreira da Silva – UFCG/UFG
Comunicação
Estado e políticas educacionais

A presente pesquisa objetiva examinar como a divulgação do Ideb e a definição do plano de ações articuladas (PAR) do município de Campina Grande/Pb têm contribuído para a alteração da organização das escolas e do trabalho docente nessa rede de ensino. Busca conhecer como os gestores e os professores das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino têm se posicionado diante do novo índice. Examinará as ações previstas no PAR do município para a elevação do Ideb e como elas têm interferido na organização da escola. A investigação será realizada mediante revisão bibliográfica, pesquisa documental e realização de entrevistas e questionários. Em um sentido mais amplo, o estudo busca discutir como a reforma educacional implantada no Brasil, a partir dos anos 1990, sobretudo no que se refere à regularidade e à ampliação dos exames nacionais de avaliação aplicados aos alunos, tem contribuído para gerar alterações no trabalho docente e na identidade do profissional professor.

Palavras-chave: Índice de desenvolvimento da educação básica (ideb). Avaliação da educação. Organização escolar. Trabalho docente.

A presente pesquisa, em fase de coleta de pesquisa de campo, objetiva examinar como a divulgação do Ideb e a definição do plano de ações articuladas (PAR) do município de Campina Grande/Pb têm contribuído para a alteração da organização das escolas e do trabalho docente nessa rede de ensino. Busca conhecer como os gestores e os professores das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino têm se posicionado diante do novo índice. Examinará as ações previstas no PAR do município para a elevação do Ideb e como elas têm interferido na organização da escola. Em um sentido mais amplo, o estudo busca discutir como a reforma educacional implantada no Brasil, a partir dos anos 1990, sobretudo no que se refere à regularidade e à ampliação dos exames nacionais de avaliação aplicados aos alunos, tem contribuído para gerar alterações no trabalho docente e na identidade do profissional professor.

O termo qualidade da educação consiste em uma expressão polissêmica, entretanto, essa multiplicidade de significados não implica a impossibilidade de defini-la. Desde o final dos anos 1990, várias pesquisas têm buscado compreender as condições/dimensões que constituem uma educação de qualidade, inclusive realizando estudos acerca dos custos financeiros necessários para a sua oferta.

Em estudo da qualidade da educação, Oliveira, Dourado e Santos (2004) destacam quatro dimensões propriamente escolares, a saber: a) as condições de oferta do ensino; b) a gestão e organização do trabalho escolar; c) a formação e profissionalização do professor; e d) o acesso, permanência e desempenho escolar.

Na perspectiva apontada, a discussão e a investigação acerca da qualidade da educação não devem reduzir-se à análise de resultados de aprendizagem medidos por meio de provas standardizadas. Desse modo, fundamenta-se em um entendimento mais amplo do que seja a qualidade da educação, incorporando aspectos relevantes da organização escolar, dos sistemas de ensino e, ainda, das condições sócio-culturais dos alunos, dentre outros. Entretanto, no Brasil, as políticas públicas federais para o setor educacional, implantadas a partir da última

década do século XX, passaram a privilegiar a aplicação nacional de testes padronizados como mecanismo eficaz para se conhecer e propiciar uma educação de qualidade no país.

De acordo com Sousa (2008), essa política implanta uma lógica da gestão escolar pautada no controle dos produtos e resultados educacionais medidos pelo desempenho dos alunos em testes padronizados. Os resultados obtidos são interpretados um “indicador da eficiência da unidade escolar, em particular, e do sistema educacional, como um todo” (SOUSA, 2008, p. 266), medindo a qualidade do ensino oferecido.

O presente projeto de pesquisa busca compreender como a implantação dessa proposta de avaliação da educação escolar, materializada em diversos formatos de medição da qualidade de todos os níveis e etapas da educação nacional, vêm interferindo na organização da escola e na organização do trabalho escolar, sobretudo no que se refere à criação do Ideb.

De acordo com Oliveira (2002), o termo “organização escolar” refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado. Esse conceito compreende “das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados, tudo seria matéria da organização escolar” (p. 132). Já o termo “organização do trabalho escolar” refere-se à divisão do trabalho na escola. Consiste na forma como o trabalho do professor e demais trabalhadores é organizada na instituição escolar, visando a atingir os objetivos da escola ou do sistema. Compreende uma forma específica de organização do trabalho sob o capitalismo e refere-se

à forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos estão divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado (OLIVEIRA, 2002, p. 131).

As reformas educacionais implantadas a partir dos anos 1990 têm, mediante novos marcos legais, interferido de forma significativa na organização escolar. Essas mudanças, de acordo com Oliveira (2002), têm resultado na definição de novas atribuições ao professor e o gestor e em um dispêndio maior tempo para a sua realização. Tais mudanças têm repercutido diretamente na organização do trabalho escolar, pois alteram a divisão do trabalho na escola, extinguem algumas rotinas e criam outras, demandando novos procedimentos profissionais.

A partir das considerações acima, a pesquisa busca analisar como a reforma educacional implantada no Brasil, a partir dos anos 1990, sobretudo no que se à regularidade e à ampliação dos exames nacionais de avaliação aplicados aos alunos, tem contribuído para gerar alterações na organização escolar e no trabalho docente. Desse modo, pretende contribuir para o debate acerca da identidade do profissional professor em um contexto de profundas mudanças nas políticas de gestão e organização da escola.

1. Avaliações nacionais da educação no país

No decorrer dos anos de 1990, o tema da qualidade da educação passou a ganhar importância na sociedade brasileira. A Constituição de 1988, no artigo 5º, inciso VII, e a LDB (1996), artigo 3º, inciso IX, definem como um dos princípios da educação nacional, “a garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1988; 1996). A partir de 1995, segundo Freitas (2004), a qualidade de educação passa a ser “objeto de regulação federal, cuja viabilidade exigira o aporte de um sistema de informações educacionais conjugado a um sistema nacional de avaliação, considerados ambos elementos estratégicos da boa-governança educacional no país” (p. 2).

A LDB/1996 define, no artigo 9º, que caberá à União coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação, inciso V, e assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas

de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino, inciso VI (BRASIL, 1996).

A partir de então, o governo federal inicia a implantação de um modelo padronizado de avaliação em larga escala, apresentado como mecanismo capaz de monitorar a qualidade da educação brasileira em todos os níveis e de contribuir para a sua elevação. Para o estabelecimento dessa proposta, o Inep/MEC, de acordo com Freitas (2004), teve de enfrentar o desafio de fazer com que diferentes atores, sobretudo equipes das secretarias estaduais e municipais de ensino, professores e gestores escolares, incorporassem a avaliação externa em seu cotidiano, percebendo-a como apoio para a melhoria da qualidade do ensino.

Ao analisar o contexto em que ocorreu a implantação dos sistemas centralizados de avaliação da educação no país, Ribeiro, Ribeiro e Gusmão (2005) afirmam que, “Ela é parte de um conjunto de reformas educativas hegemônicas em países do norte e do sul, nos quais a avaliação centralizada tem sido a contrapartida do processo de descentralização administrativa e da autonomia das escolas (p. 232).” Entretanto, esclarecem que, no Brasil, tais reformas se impuseram num contexto de fortes restrições ao investimento do Estado em políticas sociais, devido à estagnação da economia e às exigências das instituições financeiras internacionais quanto à geração de superávits no orçamento público. Nessa conjuntura, para as autoras,

os recursos investidos na educação não são suficientes para gerar as condições adequadas para o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico das escolas [...]. Nesse contexto, os resultados das avaliações de desempenho e outros indicadores de qualidade da escola não poderiam deixar de ser alarmantes (RIBEIRO; RIBEIRO; GUSMÃO, 2005, p. 232).

Articulando-se à lógica da descentralização e de maior autonomia da escola, foi criado no país, durante a década de 1990, um conjunto de mecanismos de avaliação do sistema educacional objetivando assegurar a centralização, no nível federal, do controle dos resultados e da qualidade. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹ foi criado em 1990. Em 1997, os alunos concluintes do ensino superior passaram a ser avaliados pelo Exame Nacional de Cursos, que ficou conhecido como Provão. Em 1998, o MEC criou o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), de caráter facultativo, direcionado aos concluintes do ensino médio.

Além dessas medidas de avaliação do rendimento dos alunos por meio de testagem em larga escala, Ribeiro, Ribeiro e Gusmão (2005) destacam iniciativas importantes para a produção e disponibilização de informações sobre o sistema escolar brasileiro. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) passou a centralizar todos os serviços de avaliação e informação mediante a realização do censo escolar e de outros levantamentos especiais. Em sua tarefa, o Inep conta com as informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o MEC, todo esse esforço de avaliação e sistematização de informações tem como objetivo oferecer suporte à pesquisa e à tomada de decisões em políticas educacionais e, especialmente, orientar a formulação das políticas do MEC.

A criação de um sistema de avaliação e a geração de informações sobre o sistema escolar nacional partem do pressuposto de que levantar e tornar público informações sobre o desempenho dos sistemas de escolares, contribuiria para a melhoria da qualidade e excelência das instituições escolares (WAISELFISZ, 1993). Em oposição a essa análise, Ribeiro, Ribeiro e Gusmão (2005), mesmo considerando a importância da ampliação da informação e da

¹ O SAEB realizou sua primeira de avaliação em âmbito nacional em 1990, aplicando provas de conhecimentos por amostragem a alunos nos vários estados. A partir de 1995, os levantamentos passaram a concentrar-se nos alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Além de aplicar testes, o Saeb reúne informações sobre a origem familiar dos alunos e seus hábitos e condições de estudo e sobre as práticas pedagógicas dos professores e sobre as formas de gestão da escola.

avaliação para o avanço da pesquisa educacional no país e para o desenho e monitoramento das políticas públicas, afirmam que,

apenas a sua divulgação não é suficiente para gerar ações efetivas de correção de rumos. Apesar de haver um certo alarde na imprensa, que mobiliza um segmento da opinião pública, as escolas não se apropriam dessas informações, não conseguem assumir um papel protagonista e acabam sendo ainda vitimadas pelo estigma da incompetência (RIBEIRO; RIBEIRO; GUSMÃO, 2005, p. 232).

Os debates acerca das propostas de avaliação padronizada implantadas no país, de seus fundamentos, de quais são e serão, em longo prazo, suas consequências para a educação nacional e, especificamente para a organização escolar e para o trabalho docente, estão em aberto. O presente estudo busca contribuir com esse debate mediante a análise das mudanças geradas na escola, na organização do trabalho nessa instituição e na identidade do professor.

2. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o índice de desenvolvimento da educação Básica (Ideb)

O estabelecimento do índice de desenvolvimento da educação brasileira (Ideb) consiste em um dos eixos centrais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Sua apresentação à sociedade brasileira ocorreu em abril de 2007 e deu-se no contexto do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) no início do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nesse momento, cada ministro de Estado deveria apresentar as ações de suas respectivas pastas, nesse contexto, o PDE foi nomeado como PAC da Educação.

A proposta do PAC da Educação é abrangente, definindo ações para todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, da creche à pós-graduação, alcançando secretários municipais e estaduais de educação, alunos, docentes, diretores de escolas, pais e até empresários. Além disso, trata do financiamento da educação e da valorização dos profissionais do ensino, mediante a proposta de criação do piso salarial nacional. De acordo com Saviani (2007, p. 1.233), o PDE consiste em um “grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC” e, por isso, não se constitui em um plano, em sentido próprio, mas em um conjunto de ações.

O ideb consiste em um indicador de qualidade, com notas de 0 a 10, que combina a avaliação de desempenho em provas, a Prova Brasil², com dados de repetência e evasão, desse modo impedindo que municípios melhorem o fluxo escolar sem se assegurar a existência ou não da aprendizagem dos alunos. O índice é medido a cada dois anos e objetiva que, o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, obtenha nota 6 no ano de 2022, que correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. De acordo com o MEC,

a partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC oferece apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se dá a partir de um plano de ações articuladas (PAR), elaborado por uma comissão técnica do ministério e por dirigentes locais. O MEC dispõe de

² Em 2005, foi criado um exame para avaliar o sistema de educação básica do país, a Prova Brasil, que teve sua primeira edição em 2005 e uma nova aplicação em 2007. De acordo com o MEC (2009), a prova avalia as habilidades em língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. O exame é aplicado a estudantes de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental. Mais de cinco milhões de estudantes participaram da avaliação em 2007. O exame é organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as redes estaduais e municipais de educação. Todos os alunos das turmas avaliadas fazem prova e, dessa forma, é possível avaliar o desempenho por escola e por município. A Prova Brasil avalia as escolas públicas localizadas em área urbana (BRASIL, 2009a).

recursos adicionais aos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) para investir nas ações de melhoria do IDEB (BRASIL, 2008a).

O MEC estabeleceu atendimento prioritário a 1.242 municípios com os índices mais baixos. Inicialmente, somente os municípios com pior pontuação poderiam “aderir voluntariamente” ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, por meio do termo de adesão, e receber a contribuição do MEC. É importante destacar que, a partir do lançamento do PDE, todas as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PARs), que segundo o MEC são instrumentos fundamentais para a melhoria do ideb. Atualmente todos os 26 Estados, o Distrito Federal e os 5.563 municípios já aderiram e assinaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas do PDE (BRASIL, 2009). A continuidade do convênio está vinculada ao cumprimento de metas indicadas no PARs.

O governo federal apresenta a criação do ideb como elemento fundamental para a resolução dos problemas educacionais brasileiros, visto que contribuiria para promover e aferir a qualidade da educação básica no país. Ao apresentar o PDE, o MEC aponta críticas ao Plano Nacional de Educação – PNE – (BRASIL, 2001) que não teria tratado adequadamente a questão da qualidade, o que constituiria uma grande limitação do plano. Nesse sentido, afirma que, “com o novo indicador [o ideb], o PDE procura superar algumas dificuldades do PNE em torno desta questão central: o tratamento dado à qualidade. Ao referir-se à qualidade de ensino, o PNE remete à necessidade de se estabelecer sistemas de avaliação e padrões de qualidade, mas mantém suas metas referenciadas no atendimento, com uma métrica que desconsidera a qualidade” (BRASIL, 2007a, p. 21).

Um aspecto importante a ser destacado em relação ao Ideb refere-se a uma mudança na utilização dos resultados das avaliações nacionalmente padronizadas. As escolas e os sistemas a serem contemplados com recursos adicionais da União são os que obtiveram os piores resultados no Ideb e não mais às instituições e sistemas com as melhores notas. Nesse sentido, o suporte do governo, tanto técnico quanto financeiro, teria como objetivo contribuir para que as dificuldades diagnosticadas mediante o índice possam ser superadas.

No que se refere ao processo de elaboração do PDE é necessário ressaltar que, diferentemente das discussões referentes ao PNE, marcadas por intensos debates e oposições dos setores organizados dos profissionais da educação e de suas entidades sindicais e acadêmicas, o PDE foi elaborado e lançado sem a interlocução do governo com esses segmentos. Nesse sentido, Dourado (2007, p. 928) esclarece que o PDE “não contou, na sua elaboração, com a participação efetiva de setores organizados da sociedade brasileira, de representantes dos sistemas de ensino e de setores do próprio Ministério”.

Após um ano de lançamento do PDE, o MEC aponta, no documento *Plano de Desenvolvimento da Educação: 1 ano* (BRASIL, 2008b, p. 9), os primeiros resultados da criação do Ideb. Nesse sentido, afirma que,

Outra questão importante no PDE diz respeito à melhoria da qualidade da educação brasileira. Com a divulgação dos resultados do ideb, em maio de 2008, referentes ao período de 2005 a 2007, percebe-se uma ligeira melhora em todas as etapas da educação básica.³ A média do país ficou em 4,2 nas primeiras séries do ensino fundamental, 3,8, nas séries finais da mesma etapa, e 3,5, no ensino médio. As três notas ultrapassaram as projeções do índice para 2007. A meta do PDE é atingir a nota 6,0 até o ano de 2022 (BRASIL, 2008b, p. 1).

³ Nos resultados do ideb de 2005, a média do país nos anos iniciais do ensino fundamental foi de 3,8, e nos anos finais, de 3,5. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2008.

No ano de 2005, o Ideb observado, apresentado no lançamento do PDE em 2007, das escolas públicas brasileiras nos anos iniciais do ensino fundamental foi de 3,8, conforme apresenta o Quadro 1. Em 2007, segundo resultado do Ideb, o índice medido nas mesmas séries foi de 4,2, ocorrendo uma melhora de 0,4 pontos no índice. Ao se comparar os índices obtidos por dependência administrativa nas séries iniciais do ensino fundamental, observa-se que o resultado das escolas da rede federal, 6,4 pontos em 2005 e 6,2 em 2007, é substancialmente maior do que os obtidos pelas redes públicas estadual, 3,9 pontos em 2005 e 4,3 em 2007, e municipal, 3,4 pontos em 2005 e 4,0 pontos em 2007⁴.

Quadro 1: IDEB 2005, 2007 e Projeções para o BRASIL

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7,0
Estadual	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3,0	3,2	3,1	4,9
Municipal	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3,0	4,8

Fonte: Saeb e Censo Escolar (BRASIL, 2008c).

A rede estadual de ensino da Paraíba, em 2005, alcançou nos anos iniciais do ensino fundamental, a nota 3,0 no ideb, conforme demonstra o Quadro 2. Em 2007, ocorreu a elevação do índice e o estado atingiu a nota 3,5, ultrapassando a previsão para 2009 que era atingir o índice de 3,4 pontos. Para o ano de 2021, a meta para a rede estadual é alcançar, nos anos iniciais de escolarização obrigatória, a nota 5,3. É importante destacar que todos os índices do estado estão abaixo das médias nacionais.

Quadro 2: IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Estadual - PARAÍBA

Fases de Ensino	IDEB Observado		Metas Projetadas								
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,0	3,5	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	
Anos Finais do Ensino	2,5	2,8	2,6	2,7	3,0	3,4	3,7	4,0	4,3	4,5	

⁴ Certamente um dos condicionantes que ajudam a explicar a diferença nos resultados do Ideb consiste no fato de que os custos do ensino na rede federal são significativamente superiores aos das redes municipais e estaduais. Oliveira e outros (2005), em pesquisa patrocinada pelo Inep sobre os custos de escolas públicas de qualidade no estado Goiás, afirmam que, enquanto o custo aluno/ano nas redes públicas municipais e estaduais do estado foi de R\$ 455,19 a R\$ 1333,75, o custo aluno/ano da escola federal estudada chegou a R\$ 4933,96. Esses dados revelam uma grande variação dos gastos, mas sem dúvida o seu volume interfere na oferta das condições para um ensino de qualidade.

Fundamental										
Ensino Médio	2,6	2,9	2,7	2,7	2,9	3,2	3,5	4,0	4,2	4,4

Fonte: Saeb e Censo Escolar (BRASIL, 2008c).

O município de Campina Grande obteve, no ano de 2005, o ideb de 3,1 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental, com o índice 0,1 ponto superior à média da rede estadual, 3,0. Esse resultado estava abaixo da média nacional que foi de 3,8 pontos. O ideb do município, em 2007, apresentou um crescimento de 0,2, alcançando 3,3 pontos, conforme pode ser observado no Quadro 3. A previsão do MEC é que até o ano de 2009, as escolas municipais atinjam o índice de 3,5 pontos.

Quadro 3: IDEBs observados em 2005, 2007 e Metas para rede Municipal - CAMPINA GRANDE

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	3,1	3,3	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
Anos Finais	-	2,6	-	2,8	3,0	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar (BRASIL, 2008c).

Para alcançar a elevação do ideb e, para isso, contar com o apoio financeiro e técnico da União, os sistemas de ensino estaduais e municipais tiveram de aderir ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaborar os seus planos de ações articuladas (PARs). Os PARs além de apresentar um diagnóstico detalhado da educação oferecida, deve prever as ações que deverão ser implantadas pelos sistemas e pelas escolas para que os seus alunos melhorem o seu desempenho na Prova Brasil e no ideb.

Desse modo, a adesão do município ao Plano de Metas do PDE traz repercussões diretas à organização escolar e à dinâmica do trabalho na escola, inclusive modificando os calendários escolares e os conteúdos a serem ensinados. Conhecer quais são essas mudanças e como interferem na dinâmica da escola do trabalho docente no município de Campina Grande/Pb consiste nos eixos básicos do presente estudo.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar como a reforma educacional implantada no Brasil, a partir dos anos 1990, sobretudo no que se refere à regularidade e à ampliação dos exames nacionais de avaliação aplicados aos alunos, tem contribuído para gerar alterações no trabalho docente e na identidade do profissional professor. Mais detalhadamente, pretende analisar as dimensões e políticas públicas relacionadas à qualidade da educação básica no Brasil, com ênfase nas propostas de avaliação que objetivam monitorar a qualidade do ensino mediante a testagem do rendimento do aluno como resultado do desempenho das escolas e dos sistemas. Também conhecer e analisar como os gestores e professores das escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Campina Grande têm-se posicionado diante do índice de desenvolvimento da educação brasileira (ideb) e das ações definidas no plano de ações articuladas para a melhoria progressiva desse índice no município e o grau de adesão ao plano e identificar as principais mudanças na organização do trabalho docente na escola a partir da divulgação do ideb e da adesão do município de Campina Grande ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

3. Metodologia

A rede municipal de ensino de Campina Grande é formada, segundo dados da própria SME, por cento e cinquenta e sete unidades educacionais, distribuídas em trinta e nove núcleos – vinte e nove localizados na zona urbana e 10 na zona rural. Oitenta e oito escolas situam-se na zona urbana do município e as demais na zona rural de Campina Grande e nos distritos de Catolé, Galante, São José da Mata. Há vinte e duas creches e sete escolas conveniadas (CAMPINA GRANDE, 2009).

Diante desse universo de escolas municipais que oferecem o ensino fundamental, surge a necessidade de delimitação da amostra do estudo que, ao mesmo tempo, assegure a representatividade e possibilite a realização do estudo. Desse modo, alguns critérios devem ser definidos. Para tanto, em um primeiro lugar é necessário assegurar a representação da diversidade das escolas públicas municipais de Campina Grande/Pb. Entretanto, considerando que a média na Prova Brasil é componente do cálculo do Ideb e que, somente a partir de 2009, as escolas rurais de ensino fundamental com mais de 20 alunos nas séries avaliadas passarão a fazer a Prova Brasil, as escolas da zona rural serão excluídas do presente estudo.

A amostra do estudo consistirá, no mínimo, de uma escola de cada um dos vinte e nove núcleos da rede municipal de ensino localizados na zona urbana. Serão realizadas entrevistas com os docentes e aplicados questionários aos gestores das escolas municipais que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental. Esses instrumentos buscarão identificar as principais mudanças na organização escolar e do trabalho docente na escola a partir da divulgação do Ideb e da adesão do município ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Além disso, buscará conhecer o grau de adesão dos docentes e gestores do município de Campina Grande às metas do PARs e às estratégias definidas para a elevação do ideb no município.

O cálculo do Ideb, no ensino fundamental, é realizado por etapas: anos iniciais e anos finais. O presente estudo abordará somente os professores e gestores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Para integrar-se à pesquisa é necessário que as escolas municipais aceitem participar voluntariamente do estudo. Em decorrência dessa exigência, a definição da amostra poderá ser alterada. Nesse caso, poderá ser contemplado um número menor de escolas, mas com o mesmo número de participantes.

Para a aproximação do objeto de estudo, as mudanças geradas nas escolas municipais dos anos iniciais do ensino fundamental e no trabalho docente de Campina Grande a partir da implantação da avaliação estandardizada, medida pelo ideb, esta pesquisa será desenvolvida por meio dos seguintes procedimentos:

- a) Estudo bibliográfico da produção acadêmica que analisa a reforma da educação implantada no país, a partir da segunda metade dos anos 1990, a temática da qualidade da educação básica e das propostas de sua avaliação implantadas no contexto da reforma, sobretudo da Prova Brasil, do PDE e do ideb;
- b) Elaboração da caracterização do município de Campina Grande contendo:
 - Indicadores Gerais: demográficos, econômicos, físicos, políticos e sócio-culturais.
 - Educação: matrículas, funções docentes, estabelecimentos, número de turmas, rendimento e movimento escolar, alunos aprovados, reprovados e concluintes; alunos afastados por abandono, alunos afastados por transferência, analfabetismo, resultados do município no SAEB, Prova Brasil e ideb. Os dados serão obtidos por meio de Banco de dados já existentes, sobretudo do Inep/MEC, IBGE e Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, dentre outros;
- c) Pesquisa documental, tendo como referência as seguintes fontes documentais:
 - Legislação federal que trata da educação básica;

- Legislação municipal: Lei Orgânica do Município (1990); outras leis educacionais de Campina Grande, aprovadas pela Câmara Municipal; recomendações e resoluções aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação referentes à qualidade e à avaliação da educação básica; recomendações, resoluções e documentos produzidos e aprovados pela secretaria municipal de educação, dentre eles o Plano de Ações Articuladas.

d) Questionário a ser aplicado, no mínimo, a 29 gestores das escolas de ensino fundamental da rede urbana municipal de ensino de Campina Grande com o objetivo de conhecer as principais mudanças na organização da escola e do trabalho docente na escola a partir da divulgação do ideb e o grau de adesão dos docentes e gestores das escolas do município de Campina Grande às metas do PARs e às estratégias definidas para a elevação do ideb no município.

e) Entrevistas semi-estruturadas com, no mínimo, a 29 professores das escolas municipais, buscando identificar as principais mudanças na organização da escola e do trabalho docente na escola a partir da divulgação do ideb e o grau de adesão dos docentes e gestores das escolas do município de Campina Grande às metas do PARs e às estratégias definidas para a elevação do ideb no município. As entrevistas serão gravadas e depois transcritas na íntegra.

4. Referências

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 maio 2009.

_____. Presidência da República. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2008.

_____. Presidência da República. *Lei nº 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 2 jun. 2008.

_____. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: MEC, 2007a.

_____. Presidência da República. *Decreto nº. 6.094*, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153:legislacao&catid=98:par-plano-de-acoes-articuladas&Itemid=366>. Acesso em: 2 maio 2009.

_____. Ministério da Educação. *Índice avalia aprendizado dos alunos*. Brasília, DF, 4 abr. 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/ideb.html#top>>. Acesso em: 20 maio 2008. (BRASIL, 2008a).

_____. Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação: 1 ano*. Brasília, DF, 2008b.

_____. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: resultados e metas (2008c). Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/Site/>>. Acesso em: 2 maio 2009.

_____. Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil (2009a). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pde/>>. Acesso em: 2 maio 2009.

CAMPINA GRANDE. Secretaria de Educação, Esporte e Cultura. Institucional SEDUC (2009). Disponível em: <http://portal.pmcg.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=141&Itemid=70>. Acesso em: 4 maio 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

FREITAS, Dirce Ney. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. *Política e Gestão da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília-DF: MEC/INEP, 2004. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{F84EADE4-B76E-49DB-8B35-D196B9568685}_DISCUSSÃO%20Nº%2024.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira *et all*. O custo aluno anual em escolas públicas de qualidade no Estado de Goiás. In: FARENZENA, Nalú (Org.). *Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais*. Brasília: INEP/MEC, 2005.

RIBEIRO, Vera Masagão; RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Buarque de. Indicadores de qualidade para a mobilização da escola. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 227-251, jan./abr. 2005.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1.231-1.255. out. 2007.

SOUZA, Sandra Maria Zákia L. de. Avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

WAISELFISZ, J. Sistemas de avaliação do desempenho escolar e políticas públicas. *Ensaio*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, out./dez, 1993.